Silvia Vieira

MUNICÍPIO DE AZAMBUJA

AVISO Nº 116/2017

Contratos de trabalho em funções públicas por tempo Indeterminado, nomeação de júris de períodos experimentais e conclusão de períodos experimentais

1. Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para preenchimento de oito postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Azambuja, na carreira e categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa), aberto pelo aviso n.º 7385/2016, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 111, de 9 de junho de 2016, e após negociação do posicionamento remuneratório, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira/categoria de Assistente Operacional, na área de atividade de Auxiliar de Ação Educativa, com as seguintes trabalhadoras:

- Cláudia Renata Pescadinha Zarro, Maísa Maria Beirão da Costa Barros Fortunato e Paula Cristina Catalão Martins, posição 1, nível 1 (530,00€), com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2017;
Para efeitos do n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do despacho de 29 dezembro de 2016, o júri do período experimental teve a seguinte composição: Presidente — Maria Cremilde Carneiro Rito Carvalho, Adjunta da Diretora do Agrupamento de Escolas de Azambuja; Vogais efetivos — Zilia Alexandra Reis Brito, Técnica Superior do Município de Azambuja, e Milá Isabel Mendes Prates, Assistente Operacional do Município de Azambuja;
Os períodos experimentais, com início a 2 de janeiro de 2017 e com a duração de 90 dias, foram concluídos com sucesso, na sequência das homologações, datadas de 12 de maio de 2017, da avaliação final de 14,08, 14,48 e 13,36 valores, respetivamente, consolidando os postos de trabalho.

- Ana Paula Carvoeiro Lúzio, posição 1, nível 1 (530,00€), com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2017;
Para efeitos do n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do despacho de 29 dezembro de 2016, o júri do período experimental teve a seguinte composição: Presidente — Maria Cremilde Carneiro Rito Carvalho, Adjunta da Diretora do Agrupamento de Escolas de Azambuja; Vogais efetivos — Zilia Alexandra Reis Brito, Técnica Superior do Município de Azambuja, e Milá Isabel Mendes Prates, Assistente Operacional do Município de Azambuja;
O período experimental, com início a 20 de fevereiro de 2017 e com a duração de 90 dias, foi concluído com sucesso, na sequência da homologação, datada de 13 de outubro de 2017, da avaliação final de 12,16 valores, consolidando o posto de trabalho.

- Gabriela Rodrigues Libânio e Isabel Maria Aniceto Carvalho Lisboa, posição 1, nível 1 (530,00€), com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2017;
Para efeitos do n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do despacho de 29 dezembro de 2016, o júri do período experimental teve a seguinte composição: Presidente — Elsa Maria Ruivo Fidalgo, Adjunta da Diretora do Agrupamento de Escolas de Vale Aveiras; Vogais efetivos — Zilia Alexandra Reis Brito, Técnica Superior do Município de Azambuja, e Maria Cremilde Patrício Varino Rodrigues, Encarregado Operacional do Agrupamento de Escolas de Vale Aveiras;
Os períodos experimentais, com início a 2 de janeiro de 2017 e com a duração de 90 dias, foram concluídos com sucesso, na sequência das homologações, datadas de 28 de abril de 2017, da avaliação final de 15,40 e 12,60 valores, respetivamente, consolidando os postos de trabalho.

- Adriana Isabel Gonçalves Morgado e Carina Isabel da Silva Afonso Gonçalves, posição 1, nível 1 (530,00€), com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2017;
Para efeitos do n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do despacho de 29 dezembro de 2016, o júri do período experimental teve a seguinte composição: Presidente — Ana Maria Lima do Rosário, Subdiretora do Agrupamento Vertical de Escolas do Alto Concelho de Azambuja; Vogais efetivos — Catarina Sofia Santos Costa Gonçalves, Técnica Superior do Agrupamento

de Escolas de Azambuja, e Maria da Piedade Rodrigues Gonçalves Martins, Encarregado Operacional do Agrupamento Vertical de Escolas do Alto Concelho de Azambuja;
Os períodos experimentais, com início a 2 de janeiro de 2017 e com a duração de 90 dias, foram concluídos com sucesso, na sequência das homologações, datadas de 26 de abril de 2017 e 27 de abril de 2017, da avaliação final de 12,32 e 16,32 valores, respetivamente, consolidando os postos de trabalho.

2. Nos termos e para os efeitos previstos nos n.os 1 e 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por autorização de recurso à reserva de recrutamento constituída pelos candidatos aprovados, de acordo com a lista unitária de ordenação final, homologada a 16 de novembro de 2016, do procedimento concursal mencionado em 1., e após negociação do posicionamento remuneratório, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira/categoria de Assistente Operacional, na área de atividade de Auxiliar de Ação Educativa, com as seguintes trabalhadoras:

- Filipa Alexandra Mata Inácio e Inês Cartaxo Martins Magalhães, posição 1, nível 1 (557,00 €), com efeitos a partir de 8 de maio de 2017;
Para efeitos do n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do despacho de 2 maio de 2017, o júri do período experimental teve a seguinte composição: Presidente — Maria Cremilde Carneiro Rito Carvalho, Adjunta da Diretora do Agrupamento de Escolas de Azambuja; Vogais efetivos — Zilia Alexandra Reis Brito, Técnica Superior do Município de Azambuja, e Milá Isabel Mendes Prates, Assistente Operacional do Município de Azambuja;
Os períodos experimentais, com início a 8 de maio de 2017 e com a duração de 90 dias, foram concluídos com sucesso, na sequência das homologações, datadas de 13 de outubro de 2017, da avaliação final de 14,48 e 14,08 valores, respetivamente, consolidando os postos de trabalho.

- Eunice Narciso Estevão, posição 1, nível 1 (557,00 €), com efeitos a partir de 8 de maio de 2017;
Para efeitos do n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do despacho de 2 maio de 2017, o júri do período experimental teve a seguinte composição: Presidente — Elsa Maria Ruivo Fidalgo, Adjunta da Diretora do Agrupamento de Escolas de Vale Aveiras; Vogais efetivos — Cátia Alexandra Veiga Carvalho, Técnica Superior do Município de Azambuja, e Maria Cremilde Patrício Varino Rodrigues, Encarregado Operacional do Agrupamento de Escolas de Vale Aveiras;
O período experimental, com início a 8 de maio de 2017 e com a duração de 90 dias, foi concluído com sucesso, na sequência da homologação, datada de 20 de novembro de 2017, da avaliação final de 14,80 valores, consolidando o posto de trabalho.

- Marlene Sílvia Aboim Gonçalves, posição 1, nível 1 (557,00 €), com efeitos a partir de 8 de maio de 2017;
Para efeitos do n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do despacho de 2 maio de 2017, o júri do período experimental teve a seguinte composição: Presidente — Sílvia Carla Pereira da Purificação, Diretora do Agrupamento Vertical de Escolas do Alto de Azambuja; Vogais efetivos — Catarina Sofia Santos Costa Gonçalves, Técnica Superior do Município de Azambuja, e Maria da Piedade Silva Santos, Encarregado Operacional do Agrupamento Vertical de Escolas do Alto de Azambuja;
O período experimental, com início a 8 de maio de 2017 e com a duração de 90 dias, foi concluído com sucesso, na sequência da homologação, datada de 23 de outubro de 2017, da avaliação final de 17,93 valores, consolidando o posto de trabalho.

3. Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Azambuja, na carreira e categoria de Assistente Operacional (Serralheiro Civil), aberto pelo aviso n.º 14596/2015, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 15 de dezembro de 2015, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira/categoria de Assistente Operacional, na área de atividade de Serralheiro Civil, com o trabalhador
Rui Pedro Leitão Simões, posição 1, nível 1 (530,00€), com efeitos a partir de 01 de julho de 2016;
Para efeitos do n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do despacho de 01 julho de 2016, o júri do período experimental teve a seguinte composição: Presidente — Nelson Luís Campos Marcelo dos Santos, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Subunidade de Ambiente e

Serviços Urbanos do Município de Azambuja; Vogais efetivos — Maria João Gomes da Silva Martins, Técnica Superior do Município de Azambuja, e Aníbal Bolas Almeida Ramos Carvalho, Encarregado Geral Operacional do Município de Azambuja;
O período experimental, com início a 01 de julho de 2016 e com a duração de 90 dias, foi concluído com sucesso, na sequência da homologação, datada de 31 de outubro de 2016, da avaliação final de 14,88 valores, consolidando o posto de trabalho.

4. Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Azambuja, na carreira e categoria de Assistente Operacional (Coveiro), aberto pelo aviso n.º 15219/2016, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 232, de 05 de dezembro de 2016, referência b), e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira/categoria de Assistente Operacional, na área de atividade de Coveiro, com o seguinte trabalhador Hugo Miguel da Costa Antunes, posição 1, nível 1 (557,00€), com efeitos a partir de 02 de maio de 2017;
Para efeitos do n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do despacho de 02 maio de 2017, o júri do período experimental teve a seguinte composição: Presidente — Nelson Luís Campos Marcelo dos Santos, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Subunidade de Ambiente e Serviços Urbanos do Município de Azambuja; Vogais efetivos — Maria João Gomes da Silva Martins, Técnica Superior do Município de Azambuja, e Aníbal Bolas Almeida Ramos Carvalho, Encarregado Geral Operacional do Município de Azambuja;
O período experimental, com início a 02 de maio de 2017 e com a duração de 90 dias, foi concluído com sucesso, na sequência da homologação, datada de 06 de setembro de 2017, da avaliação final de 12,24 valores, consolidando o posto de trabalho.

5. Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Azambuja, na carreira e categoria de Assistente Operacional (Tratorista), aberto pelo aviso n.º 15219/2016, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 232, de 05 de dezembro de 2016, referência c), e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira/categoria de Assistente Operacional, na área de atividade de Tratorista, com o trabalhador Francisco Manuel Bolas Gonçalves, posição 1, nível 1 (557,00€), com efeitos a partir de 01 de junho de 2017;
Para efeitos do n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do despacho de 02 maio de 2017, o júri do período experimental teve a seguinte composição: Presidente — Nelson Luís Campos Marcelo dos Santos, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Subunidade de Ambiente e Serviços Urbanos do Município de Azambuja; Vogais efetivos — Maria João Gomes da Silva Martins, Técnica Superior do Município de Azambuja, e Aníbal Bolas Almeida Ramos Carvalho, Encarregado Geral Operacional do Município de Azambuja;
O período experimental, com início a 01 de junho de 2017 e com a duração de 90 dias, foi concluído com sucesso, na sequência da homologação, datada de 06 de outubro de 2017, da avaliação final de 14,88 valores, consolidando o posto de trabalho.

O tempo de duração dos períodos experimentais, concluídos com sucesso, conta para efeitos da atual categoria e carreira dos trabalhadores.

Paços do Município de Azambuja, 21 de novembro de 2017.

A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos,

Sílvia Vitor

Sílvia Margarida Narciso Vitor